Apresentação

Carlos Alberto Máximo Pimenta
Cecília Pescatore Alves
orgs.

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. *Políticas públicas & desenvolvimento regional* [online].
Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5. Available from SciELO Books
<<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Apresentação

Esta coletânea começou a ser organizada em meados e final do ano de 2006 e tem como propósito a busca de um olhar multidisciplinar sobre políticas públicas, levando-se em consideração o contexto regional e local, sem perder de horizonte as questões nacionais, latinas e mundiais. Tudo diante das tendências globais e suas consequências.

Para tanto, aqui nos propusemos em reunir pesquisadores de diferentes frentes, temas, núcleos, visões teóricas e campo de conhecimento para compor um conjunto de reflexões que pudessem trazer respostas à provocação mencionada acima. Os textos que ora apresentamos ao leitor colocam, em pauta, debates atuais, no que se refere às *políticas públicas*, por caminhos distintos. Contudo, a pergunta que se apresentou norteadora da preocupação neles contida, embora não houvesse uma formulação explicitada, foi: como refletir ou elaborar políticas públicas em regiões em desenvolvimento sem deixar de pensar no contexto histórico nacional e mundial?

Vemos, de modo implícito no conjunto dos textos, a emergência de perspectivas e de discussões que ao falarem de políticas públicas viabilizam temas outros de modo transversais, incorporando, em

face de seu aspecto multidisciplinar, inúmeras outras transcrições, revitalizam o debate sobre o papel do Estado, da Sociedade Civil e do Mercado. Destacamos: **(a)** a crítica presente à ideia de um desenvolvimento que não contemple o homem simples; o acesso para todos; as dimensões emancipatórias no processo de formação; e a constituição do sujeito, enquanto dono de seu próprio destino; **(b)** a identificação de uma nova tensão no embate entre público versus privado, circundantes em torno do ideário social contemporâneo estipulando o que venha a ser competência, eficiência, qualidade e agilidade; **(c)** o surgimento de demandas, nos diversos campos das relações sociais, de ordens globais, que redimensionam os caminhos e os sentidos de como se elaboram políticas públicas, num mundo demarcado pelo afrouxamento das ideologias e da soberania dos Estados Nacionais.

Essas interfaces ganham relevância ao falarmos de políticas públicas, principalmente quando se pretende localizar, de forma crítica e dialética, o contexto contemporâneo, em uma sociedade que consolida sua trajetória sob um Estado configurado com menor grau de soberania, uma supervalorização da tecnologia e do provado.

Hoje, fala-se de uma “nova” ordem mundial que coloca, em evidência, uma profunda e extensa recomposição do sistema produtivo global. No entendimento de René DREIFUSS (1996: p. 12), essa evidência promove a *“instauração de uma totalizante e cinzenta época de desilusões e desencantamentos de dimensão planetária”*.

Embora esse movimento ainda tenha pouca visibilidade, percebe-se que está ocorrendo uma ruptura, uma dissolução ou uma descentração das promessas de felicidade oriundas do processo civilizatório, aqui entendida como sendo transformações sociais oriundas das revoluções francesa e industrial, tendo em vista as promessas de ordem, de harmonia, de solidariedade e de progresso, parte do ideário de tais revoluções. José Vicente Tavares dos Santos (1999, p. 10-12) ao organizar o livro sobre violência e globalização aponta para a necessidade de constituirmos uma sociologia da conflitualidade. O autor indica ter, a contemporaneidade, distanciado das posições orgânicas das sociedades ocidentais “civilizadas”. Na América

Latina, na Índia, na África e nos países tidos como periféricos, este movimento ganha maior visibilidade. Para este autor, vários institutos que sustentavam a ordem social moderna perderam seus significados e o Estado, como exemplo, no sentido empenhdo nesta ordem, já não tem mais razão de ser.

Visível ou não, ao pensarmos no sujeito e no social, há um *deslocamento* do papel mediador do Estado e as consequências, em face da internacionalização da economia, poderá ou não resultar na fragmentação da identidade sociocultural ou no caráter pouco coletivo da formação do sujeito. Stuart Hall (1997), ao fazer uma análise das identidades, aponta para sua fragmentação a partir do final do século XX e entende que esse processo facilita o surgimento de novas relações socioculturais, políticas e econômicas. Via de regra, constitui outras identidades, inimagináveis, em comparação ao homem moderno. Em Anthony Giddens (1997), podemos perceber a dimensão da formação do sujeito quando busca conceituar o que denominou de *alta modernidade* e aponta para um *deslocamento sistêmico* como resultante da própria modernidade. Esses dois registros teóricos são importantes à compreensão do contexto contemporâneo, uma vez que aparece, em ambos, a denúncia de novos tempos, o que não pode ser desconsiderado em termos de políticas públicas.

Ainda da perspectiva do sujeito, Alan Touraine (1994) considera que a fragmentação da identidade e do sujeito imprime outras estratégias não só de inserção democrática e social, mas de possibilidades de resistências e de superação. Neste ponto, resgatamos parte do argumento de Touraine (1994: p. 213-245) no sentido de que o indivíduo não deve permanecer disjunto do sujeito, pois esta dualidade é um indicativo de submissão (deixar de ser sujeito da própria história) é, também, da sua morte. A sobreposição do indivíduo ao sujeito, por qual fala Touraine, tem consequências sociais severas: uma sociedade mundial cada vez mais vislumbrada pelo consumo “*que se consome em um presente cada vez mais breve, indiferente aos estragos causados pelo progresso na sociedade e na natureza*” (Idem, p. 213).

Do ponto de vista social, Ulrich Beck (1999) descreve os equívocos do globalismo e das respostas à globalização, ao apresentar que os novos tempos se traduzem no surgimento das sociedades de informação e de conhecimento e na eliminação das distâncias, das fronteiras, das barreiras alfandegárias que ocorrem como resultante da multiplicação das organizações internacionais. O argumento de Ulrich Beck remete à dimensão global, sem deixar de reconhecer as repercussões no local. É na dimensão do local que se circunscreve nosso interesse, ou seja: buscar respostas aos problemas sociais regionais-locais, sem perder de horizonte os traçados da ordem global.

Nunca, antes, foi tão forte a influência dos sistemas tecnológicos de comunicação no modo de ver, sentir, avaliar, ser, estar e viver de pessoas e grupos sociais; o que acontece lá ou aqui é transmitido simultaneamente, em tempo real. Implica sobremaneira na aproximação, reprodução, assimilação e rejeição de práticas ou manifestações. Para Zygmunt BAUMAN (2001), a modernidade é portadora da fugacidade das atuais experiências sociais, pois as seguranças materiais creditadas pela ideia de modernidade transformaram-se em verdade líquida. Para esse autor, com a quebra das garantias, tudo ficou fluído, volátil e instantâneo.

O mundo sofreu com a queda do muro de Berlin, o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS radical transformação, inicialmente, de cunho político-econômico, repercutindo em toda ordem. De uma forma ou de outra, o mercado sinaliza em conduzir e dimensionar as produções no interior do social, da cultura e do sistema produtivo. Resulta, ao nosso ver, em uma modificação das orientações no núcleo do tempo e do espaço, ambos constituídos no transcurso da sociedade industrial moderna.

Uma tendência desse processo político-econômico, impulsionada pelos efeitos dos processos globais, é a minimização dos espaços de atuação do Estado. Essa minimização coloca, em evidência, a “eficiência”, exclusiva, do setor privado, tendo em vista sua dinâmica e agilidade na “gestão” de seus interesses. No caminho inverso,

inscreve-se o Estado no rol do atraso, da lentidão e da ineficiência na condução das intervenções que lhe competem. No Brasil, esse acontecimento se faz mais evidenciado, dos anos 80 em diante, no campo da educação, da cultura, do social, da segurança e da comunicação.

Diante desse quadro, esta coletânea traz ao debate a tensão “público versus privado”, dentro do marco “regiões em desenvolvimento”. No caso, propõem-se em fazer esse caminho por traçados inversos, vitaliza as dimensões públicas das políticas públicas e sociais. Na realidade, não se trata de uma defesa de estatização das políticas públicas. Trata-se de apontar, por intermédio das pesquisas e dos argumentos teóricos presentes nos textos, o caráter público das políticas públicas e sociais, mesmo que elas sejam conduzidas pela esfera do privado.

Pois bem, é com base neste mundo fluído, veloz, fugaz e instantâneo que devemos estabelecer os marcos de partida à crítica da ideia de *desenvolvimento* e da *explicitação da tensão público versus privado*. Aqui, portanto, temos um campo de pesquisa, ainda em aberto, para adensarmos o debate sobre políticas públicas. Estas, enquanto espaço de decisões, projetos, ruídos, ambiguidades, escolhas, totalidades, incertezas, ordens, desordens, possibilidades, em termos do regional-local sem perder de horizonte o global.

Dado as diversas facetas das políticas públicas e das propostas encaminhadas, decidimos estruturar a coletânea em três partes, localizadas pelas questões do social, da educação e da formação.

A primeira parte, composta por quatro textos, a qual intitulamos de **Políticas Públicas: em debate o social**, abrimos com José Rogério Lopes, *“Políticas Públicas e Processos Sociais de Exclusão: contribuições ao enfrentamento da pobreza urbana na contemporaneidade”*. Ele revisa as contribuições teóricas de autores que abordam os processos de “exclusão social” como um conjunto de referências configuradas historicamente na dinâmica de internacionalização da economia, de orientação neoliberal. Dessa revisão, indica a necessidade de distinguir entre as políticas públicas de “combate

à exclusão” e aquelas que se autoatribuem um caráter de inclusão, para justificar a complementaridade de ambas. Dessa revisão, também, destacam-se categorias e elementos de análise (como o debate atual entre redistribuição e reconhecimento, no campo das reivindicações de direitos e das políticas públicas) que permitem identificar novos condicionamentos sociais que afetam os sentidos produzidos pelos sujeitos em condições de vulnerabilidade ou privações geradas na pobreza urbana, importantes para orientar uma revisão das diretrizes das políticas em questão.

Ao abordar a questão dos *“Deslocamentos Humanos no Vale do Paraíba: indicadores para a construção de Políticas Sociais”*, Maria Fernanda Teixeira Branco Costa e Thaís dos Anjos Segura Gimenez trabalham com o conceito de vulnerabilidade social referindo-se aos migrantes ou aos moradores de rua, pessoas em trânsito pelo Vale do Paraíba paulista, em especial nas cidades de São José dos Campos, Taubaté e Aparecida do Norte. Elas utilizam como fonte de dados as instituições e os profissionais de Serviço Social e afirmam, em face do processo de globalização, que o debate atual sobre a migração suscita a configuração de um novo padrão migratório brasileiro que desafia os municípios e indica a necessidade de redes de atendimento que contemplem a configuração contemporânea dos deslocamentos humanos.

Maria Regina de Ávila Moreira, em *“Políticas Sociais e Gênero: um balanço de experiências na área da Assistência Social”* procura situar algumas experiências de programas, como por exemplo: o Único de Assistência Social, e projetos sociais desenvolvidos no Vale do Paraíba, à luz da concepção de gênero. Identifica, também, as ações que contribuem para superar ou reproduzir relações de desigualdade e opressão. Na aproximação entre os programas e as contradições de gênero, tomadas como relações de desigualdades históricas, portanto, sociais, econômicas, políticas e culturais entre os sexos, a autora explicita outras dimensões subjetivas presentes no cerne da questão social e suas repercussões na sociedade.

No fechamento desta parte, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos Sá, autora do texto “Política Social, Cuidados e Cuidadores de Idosos: aproximações à realidade do Vale do Paraíba paulista”, tratou de pensar as políticas públicas para idosos no Vale do Paraíba paulista, a partir dos resultados obtidos em duas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento (NEPENV), do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, entre 2001 e 2006. Considerou que o crescimento da população idosa brasileira, a cada censo demográfico, deixa de ser uma projeção para tornar-se realidade preocupante, em termos de políticas sociais. Chega, fundamentada em dados empíricos consistentes, ao resultado de que a proteção a esse segmento populacional, garantida pela Constituição de 1988, pela Política Nacional do Idoso, de 1994, pelo Estatuto do Idoso, de 2003, ainda não se consolidou no país.

Na parte seguinte, **Políticas Públicas Educacionais: perspectivas históricas**, composta por dois textos, específicos do campo da História da Educação, “*Políticas Públicas e a Educação Infantil Brasileira: problemas, embates e armadilhas*”. Fabio Pinto Gonçalves dos Reis e Delcimar de Oliveira Cunha analisam a história da educação infantil brasileira ao investigarem, criticamente, a legislação escolar e os documentos produzidos oficialmente pelo Estado, como a implementação das leis e dos manuais de formação, caso dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 1998, cuja relevância da proposta é a de apresentar questões específicas de conotação pedagógica implícitas nesta ação legislativa. Nessa perspectiva, apontam as várias relações, limites e dimensões dessa documentação fomentada para ordenar e organizar práticas sociais e educativas em torno da infância.

Já no ensaio “*Fragments de uma história das políticas públicas de educação no Brasil*”, André Luiz Paulilo e Rachel Duarte Abdala tomam como ponto de análise as relações entre os poderes Executivo e Legislativo na formulação das políticas públicas de educação, em que questionam a atitude do Congresso Nacional perante a definição das políticas de educação, com base em alguns fragmentos da

história política do país, tendo em vista discutir os horizontes de ação do legislativo perante as leis orgânicas do Estado Novo, as discussões da LDB de 1961, o tecnicismo do período militar e a organização da escola atual. Para os autores, com a avaliação desses episódios pretendem circunstanciar alguns limites da ação política em torno do mais importante âmbito de decisão sobre as políticas públicas de educação numa democracia.

Na última parte, a qual denominamos de **Políticas Públicas e Formação Humana: realidades da sociedade contemporânea**, o texto dos autores Cecília Pescatore Alves, Carlos Alberto Máximo Pimenta, Régis de Toledo Souza e André Luiz da Silva, *“Educação E Mediação: Apontamentos Teóricos Para o Debate Sobre Políticas Públicas”* inicia esta seção. Propõem-se discutir o papel mediador da escola pública contemporânea caracterizando um quadro teórico com a finalidade de adentrarem no debate sobre o tema das políticas educacionais, enfocado no que chamam de “sociedades em desenvolvimento”. Essa discussão parte do conceito de *mediação* sistematizado por Raymond Williams em face da contribuição que ele pode fornecer para o estudo do papel da escola na realidade atual, experienciada nas tendências das políticas educacionais, da educação pública e das exigências socioculturais e econômicas consideradas como um recurso para o enfrentamento das desigualdades históricas presentes na lógica do sistema produtivo brasileiro. Entendem que todo estudo que investigue o escopo das mudanças que afetam a escola deve reconhecer os nexos reais e conceituais que imbricam a realidade da escola com a concretude da vida social, na forma de novos condicionamentos sociais, sobretudo em decorrência da internacionalização da economia e da reestruturação das escalas produtivas do sistema capitalista, o que tem impulsionado mudanças, recentes, na organização e na estrutura da escola, deslocando a centralidade de seu papel formador para atender às exigências de uma abstrata vontade do “mercado”.

Por sua vez, os autores do texto *“Participação e Políticas Públicas: para a produção de territórios mais igualitários”*, Eda Tassara, Omar

Ardans e Vanessa Louisse Batista, apresentam modos de participação de cunho democrático, resultantes da avaliação de dois Programas de Educação Ambiental implantados na cidade de São Paulo durante os anos 90. Um era: *“educação ambiental no programa de canalização e implantação de vias, recuperação ambiental e social de fundos de vales – PROCAV II”* e o outro: *“programa de educação ambiental e cidadania no Distrito da Pedreira e Guaraú Bororé”*. Estes desenvolvidos em parcerias entre instituições da Universidade de São Paulo, do Estado de São Paulo e da Sociedade Civil, com a preocupação de ações de intervenção no campo da educação socioambiental. Acreditam que a experiência acumulada nesses anos de pesquisa e de intervenção foi significativa para uma compreensão coletiva da problemática socioambiental, explicitada em um dado território geográfico compartilhado. Esse movimento ganha força na medida em que se der ou se estabelecer conexões em que a produção de relações tenha um maior teor democrático.

Leandro Roberto Neves, ao discorrer sobre *“A representação social do lugar e o lugar da representação, na cidade de Boa Vista, RR”*, discute as representações sociais dos moradores da cidade de Boa Vista, no início do século XXI, apontando que Boa Vista, historicamente, apresentou um crescimento econômico alavancado pelos programas federais de desenvolvimento da Região Norte. Esses, somados à exploração mineral no Estado, aceleraram um processo de migração nacional e internacional que acarretou mudanças sociais, culturais e econômicas, neste município. Por sua vez, os munícipes envolvidos no jogo ideopolítico entre demanda popular, políticas públicas e o Estado fronteiriço, disseminaram uma representação da cidade como um lugar híbrido culturalmente, difuso socialmente e promissor economicamente. Por outro lado, a pesquisa revela que a maioria dos cidadãos expressa sentimentos de não pertencimento à cultura, à vida política e social da cidade. Neste quadro, a representação da cidade carrega aspectos ímpares de um ethos regional, mas sofre os efeitos de um processo de empréstimo cultural.

Maria Aparecida Morgado, no texto *“Políticas de formação de agentes da segurança pública: um desafio para a democracia brasileira”* que encerra este livro, faz uma abordagem das políticas de formação de agentes de segurança pública, tendo como foco as Forças Armadas brasileiras, em geral, e as polícias militares estaduais, em particular. A autora entende que os altos índices de letalidade das polícias traduzem em um dos problemas relativos ao abuso no uso da força que o Estado brasileiro ainda não conseguiu superar. Traz como exemplo o contundente caso da execução dos 111 presidiários na Casa de Detenção de São Paulo, ocorrida em 1992, parte da história recente de atentados com a dignidade humana e dos recorrentes episódios da execução de civis protagonizados por policiais militares, objetos de denúncias dos organismos de Direitos Humanos, pressões diplomáticas e condenações internacionais. De forma densa, apresenta os limites tênues existentes na imaginação social sobre esses acontecimentos: se, por um lado, essas ações policiais produzem rechaço em setores da sociedade, por outro, produzem aprovação e, também, uma espécie de indiferença que concorre para legitimá-las. Acrescenta, em termos intersubjetivos, que esses atos mais parecem predominar a identificação com os agentes das mortes que com suas vítimas. Para elaborar sua reflexão sobre as políticas de formação dos agentes de segurança pública, faz análise do Programa denominado “Bases Curriculares Nacionais para Formação dos Profissionais da Segurança do Cidadão”, lançado, em 2000, pelo Ministério da Justiça e tem como campo de observação as ações promovidas pela Academia de Polícia Militar Costa Verde, da PM de Mato Grosso, que, em 2001, incorporou a reforma curricular no seu Curso de Formação de Oficiais – Bacharelado em Segurança Pública (CFO). Dentro desse universo, recorre à pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT com egressos do CFO, formados em 2003, na primeira turma pós reforma curricular. Na sua reflexão, sugere que a tarefa político-pedagógica de proposição e implantação de políticas de formação deve envolver setores estatais da Justiça, da Educação e setores organizados da

sociedade civil para propiciar uma atuação policial compatível com o aprofundamento da democracia.

Nesta oportunidade, apresentamos um conjunto de textos que tem o intuito de contribuir ao debate sobre políticas públicas. Todavia, cabe ressaltarmos que ao leitor compete avaliar as tendências das políticas públicas em âmbito local, regional, nacional e mundial e, de muitas formas, participar de uma efetivação de práticas mais abertas, democráticas e emancipatórias. Portanto: boa leitura!

Os Organizadores